

INTERVENÇÕES

1ª Ciclo do Ensino Básico



Francisco Almeida, Membro do Secretariado Nacional da FENPROF

O ataque à Escola Pública e aos direitos dos professores, aprofundado no consulado de Lurdes Rodrigues, Lemos e Pedreira, teve expressões particulares no 1º Ciclo do Ensino Básico.

À boleia da necessidade de muitas famílias encontrarem na Escola Pública uma resposta social que incluía nomeadamente as refeições e a ocupação de tempos livres das crianças, o Governo desregulou o funcionamento das escolas do 1º Ciclo e fez dos professores *pau para toda a colher*.

Em muitos concelhos do país, as escolas estão mais organizadas em função das Actividades de Enriquecimento Curricular do que do desenvolvimento do currículo deste ciclo da escolaridade básica. Para o Governo, para muitas autarquias e alguns órgãos de gestão dos agrupamentos a questão central da escola passou a ser as AEC.

Em inúmeras situações, os professores viram a sua actividade docente passada para plano quase secundário face a um inenarrável rol de outras tarefas: infundáveis e muitas vezes inúteis reuniões, supervisão das AEC, apoio ao estudo, relatórios, os famigerados mapas do leite a que agora se acrescentaram, em alguns concelhos, os novíssimos e risíveis mapas da fruta.

Vai por mau caminho a Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Mas isto não acontece porque ao Ministério da Educação não tenham chegado propostas e soluções para melhorar as condições de aprendizagem das crianças que frequentam o 1º CEB.

A FENPROF sempre dedicou particular atenção a este ciclo de escolaridade. Nos primeiros anos da sua existência, a Federação dedicou muito do seu esforço à denúncia da falta de condições de trabalho e estudo nas escolas – estávamos nos anos oitenta.

Mais tarde, a partir do ano 2001, promovemos o “Manifesto por Uma Nova Escola do 1º CEB” que foi subscrito por 2009 organizações de todo o país, apontando caminhos e soluções. Em 2002, o Fórum Nacional aprovou o que se pode chamar um largo plano de intervenção no 1º Ciclo do Ensino Básico. Estas propostas da FENPROF foram sempre discutidas com os professores, as organizações dos pais e das autarquias. Cego e surdo, o ME impôs as suas soluções com os resultados que estão à vista: as escolas ficaram mais desorganizadas e burocratizadas, as crianças passam tempos infundáveis em actividades escolares e *para escolares*, a vida dos professores está infernizada e sem tempo para o que é essencial. Dir-me-ão que isso também acontece nos outros ciclos de escolaridade. É verdade, mas esta intervenção é sobre o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Terminado que está o consulado de Lurdes Rodrigues, Lemos e Pedreira, a FENPROF aí está novamente, a formular propostas e reclamações para que sejam respeitados os direitos dos professores e para que melhorem as condições de aprendizagem das crianças que frequentam o 1º CEB. Agora sob a forma de um abaixo-assinado que, em Maio, será entregue no Ministério da Educação.

Entre outras questões, aí reclamamos:

- A organização das escolas do 1º Ciclo numa lógica de equipas educativas (tal como prevê a Lei de Bases do Sistema Educativo), acabando com esta situação em que as ditas AEC, fortemente escolarizadas, se sobrepõem a áreas do currículo, definido para este ciclo de escolaridade. [É absolutamente intolerável que a Lei de Bases do Sistema Educativo continue por cumprir, quase 25 anos depois da sua aprovação na Assembleia da República] Os professores que trabalham nas AEC têm lugar nas equipas educativas, mas têm que ser colocados nas escolas e nos agrupamentos – como todos os outros docentes – por concurso, com iguais direitos e integrados na carreira. Lurdes Rodrigues nunca o disse, mas resulta das suas opções que aos professores titulares de turma reservava a tarefa de ensinar as crianças a ler, escrever e contar e que as AEC seriam uma qualquer mistura das outras áreas do currículo com ocupação de tempos livres.

- A organização de verdadeiras actividades de ocupação de tempos livres, a desenvolver após o horário lectivo dos alunos e que possam responder a necessidades das famílias. Falamos claramente de ocupação de tempos livres e não esse cocktail que hoje são as AEC. Afirmamos, também assim, a nossa oposição a que se ocupem as crianças durante oito horas ou mais em actividades escolarizadas.

- Uma redução da componente de trabalho lectivo dos docentes do 1º CEB que assegure melhores condições para a preparação e organização da actividade lectiva, para a actividade no âmbito do estabelecimento de ensino e o atendimento aos pais e encarregados de educação.

- A criação de condições para que as tarefas administrativas das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico sejam realizadas por trabalhadores não docentes dos agrupamentos. É absolutamente intolerável que as requisições do computador Magalhães, os mapas do leite e da fruta, as matrículas, os inventários... estejam, em muitas escolas, a ocupar os professores.

- A reorganização dos departamentos curriculares [ou conselhos de docentes, na designação ainda bastante usada], reduzindo em muitos casos a sua dimensão, por forma a que ganhem mais funcionalidade – esta reclamação está igual-

mente presente no “Manifesto PELO REGRESSO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA ÀS ESCOLAS”. Para que serve uma reunião de departamento com 50, 60 ou 70 professores ?

- A colocação de um número adequado de auxiliares de acção educativa em todas as escolas do 1º CEB.

Como muitas vezes aconteceu na nossa actividade, a questão não está colocada no domínio da formulação de propostas e soluções – costume dizer que já está tudo escrito. O problema também não reside na nossa disponibilidade para o confronto de opiniões e para a negociação.

Do que precisamos mesmo é que os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico estejam disponíveis para travar o combate por uma profunda renovação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico. Desde logo, levando mais longe a recolha de assinaturas no abaixo-assinado que intitulámos “ Dar Valor aos Professores, Melhorar a Escola do 1º Ciclo”.

A resolução que está em discussão sobre a actividade reivindicativa aponta a segunda quinzena de Maio para a sua entrega no ME. Mas essa entrega pode ser feita de várias formas. Uma delas... Creio que valia a pena que um número significativo de dirigentes e delegados sindicais estivesse frente ao ME aquando dessa entrega.

Não vale a pena teorizar muito... foi sempre com a luta que alcançámos resultados.

Quem luta nem sempre ganha, mas quem não luta perde sempre.

Montemor-o-Novo
23 e 24 de Abril 2010